

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.435.039 - SP (2019/0016836-7)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA

AGRAVANTE : AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A

ADVOGADO : ADRIANA SERRANO CAVASSANI E OUTRO(S) - SP196162

AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADOR : CAMILA ROCHA SCHWENCK E OUTRO(S) - SP228260

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.a.**, desafiando decisão denegatória de admissibilidade a recurso especial, este interposto com base no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 54):

Execução fiscal. Desistência da ação.

Alegação de ausência de intimação da parte executada para se manifestar sobre o pedido.

Nulidade não verificada. Executada que não compareceu aos autos. Preclusão. Sentença de extinção mantida. Recurso improvido.

Opostos embargos de declaração, foram estes rejeitados (fls. 68/70).

Nas razões de recurso especial, a recorrente aponta violação aos arts. 9 e 10 do CPC/2015, 38, 128, 174, parágrafo único, II, e 204 do CTN, 8º, § 2º, da LEF, e 2º da LINDB. Sustenta, em resumo, que: (I) o processo executivo fiscal não poderia ter sido extinto pela desistência da Fazenda estadual sem a anuência da parte executada, tendo em vista que *"em nenhum momento o pedido diz sobre a extinção do crédito tributário, apenas faculta ao Procurador tão somente na desistência da ação pelo valor da causa (até 600 UFESP), ou seja, o crédito continua ativo perante aos órgãos protetivos de crédito."* (fls. 80); e (II) *"Em cotejo ao presente caso, a data da citação ocorreu em 08/05/2014 para cobrança dos exercícios de 2008 e 2009, cuja data de vencimento da exação se deu, respectivamente em 13/02/2013 e 13/02/2014 não fazendo ter dúvidas sobre a ocorrência da prescrição É patente que os exercícios financeiros prescreveram antes de ocorrer o efetivo despacho citatório, marco que seria capaz de interromper a*

prescrição conforme art. 174 do CTN." (fl.82) e "inexistindo demora do Poder Judiciário, a interrupção da prescrição não retroage à data da propositura, sendo considerada a determinação da citação como causa interruptiva da prescrição, forçoso concluir que o supostos exercícios já estavam atingidos pela prescrição." (fl.84).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

O recurso especial não comporta trânsito.

Observa-se que o Tribunal de origem não examinou a controvérsia sob o enfoque dos arts. 38, 128 e 204 do CTN e arts. 9º e 10º do CPC/2015, dispositivos legais apontados como violados, apesar de instado a fazê-lo por meio dos competentes embargos de declaração. Nesse contexto, caberia à parte recorrente, nas razões do apelo especial, indicar ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, alegando a existência de possível omissão, providência da qual não se desincumbiu. Incide, pois, o óbice da Súmula 211/STJ ("*Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo.*").

Ressalta-se que esta Corte firmou a compreensão de que "*a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei*" (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017).

No mesmo sentido, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 211/STJ. APLICABILIDADE. ART. 1.025 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. CABIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado

pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado.

In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - A ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo Tribunal a quo, não obstante oposição de Embargos de Declaração, impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula n. 211/STJ.

III - O art. 1.025 do Código de Processo Civil de 2015 prevê que esta Corte considere prequestionada determinada matéria apenas caso alegada e reconhecida a violação ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

IV - A Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

V - Honorários recursais. Cabimento.

VI - Em regra, descabe a imposição da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015 em razão do mero desprovimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VII - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1682293/PB, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 10/11/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ALEGADA ILIQUIDEZ DO TÍTULO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA VENTILADA NO RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. PREQUESTIONAMENTO FICTO PREVISTO NO ART. 1.025 DO CPC/2015. NECESSIDADE DE SE APONTAR VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. PRECEDENTE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A matéria referente aos arts. 783 e 803, do CPC de 2015 não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmulas 282/STF e 211/STJ).

2. O STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração (Súmula 211). Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 1.022 do CPC de 2015 (antigo art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.

3. "A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se

possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei". (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1098633/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 15/09/2017)

Por outro lado, a matéria pertinente aos arts. 174, parágrafo único, II, do CTN, 8º, § 2º, da LEF, e 2º da LINDB não foi apreciada pela instância judicante de origem, tampouco foram opostos embargos declaratórios para suprir eventual omissão. Portanto, ante a falta do necessário prequestionamento, incide o óbice da Súmula 282/STF.

Por fim, no presente caso, o recurso especial não impugnou fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido, qual seja, o de que *"a executada, apesar de devidamente citada, não compareceu aos autos para discutir sobre o débito e nem constituiu representante legal, o que fez apenas após a prolação da sentença, isto é, mais de seis meses após sua citação. E nem se diga que tem interesse na discussão do crédito, pois deixou escoar o prazo para impugnação sem nada dizer nos autos, o que caracteriza preclusão lógica."* (fl.55), esbarrando, pois, no obstáculo da Súmula 283/STF, que assim dispõe: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."* A respeito do tema: **AgRg no REsp 1.326.913/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; **EDcl no AREsp 36.318/PA**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro Sérgio Kukina, Relator